



GT 31. Economias indígenas e quilombolas e as trocas generalizadas

Coordenador(es):

Amanda Cristina Danaga (UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul)

Lígia Rodrigues de Almeida (FUNAI)

Sessão 1

Debatedor/a: Flávio Rodrigo Freire Ferreira (IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte)

A proposta do GT é criar um fórum de interlocuções com pesquisadores que investigam as diversas formas de organizações econômicas de populações indígenas e quilombolas, operacionalizadas para garantir a sobrevivência física e cultural dentro de um Estado capitalista. Com a expansão colonial europeia na América e especificamente no Brasil, indígenas e, posteriormente comunidades quilombolas, sofreram com as intervenções advindas dos avanços da economia capitalista de mercado de maneiras bem diversificadas. Na região amazônica, por exemplo, durante o século XVIII, o regime de regatão prevaleceu e, no século XIX até os dias atuais, o sistema de aviamento tornou-se operante. Esses dois formatos de relações econômicas foram os propulsores dos intercâmbios comerciais entre indígenas e não indígenas em boa parte das terras baixas da América, estabelecendo uma relação assimétrica entre patrões-fregueses, posseiros e meeiros. No nordeste brasileiro e outras regiões da América, o ajuri (mutirões comunitários), a mita, o meeiro, as trocas recíprocas e generalizadas vinculadas às práticas “tradicionais” de produção, modalidades econômicas manejadas por indígenas e quilombolas que fomentam o sustento necessário para a sobrevivência. No contexto de inserção em diversos formatos econômicos e de trocas generalizadas, o GT visa dialogar e refletir sobre as situações econômicas e as peculiaridades aludidas por indígenas e quilombolas e suas intersecções com os Estados e a economia capitalista.

Os Clubes Sociais de Cannabis (CSC) na Comunidade Autônoma do País Vasco (CAPV), Espanha: a filosofia de redução de riscos e danos, a luta pela normalização do consumo da maconha e uma proposta concreta de regulação

Autoria: Guilherme Borges da Silva (UFG - Universidade Federal de Goiás), Wanderley Pereira da Silva Junior
Esta proposta de work visa apresentar os resultados de uma jornada investigativa de doutorado sanduíche realizada na cidade de San Sebastian, Comunidade Autônoma do País Vasco (CAPV), situada ao norte da Espanha, acerca dos Clubes Sociais de Cannabis (CSC). Os clubes são entidades sem fins lucrativos e compostos por pessoas maiores de idade consumidoras de maconha. Baseiam-se na filosofia de redução de riscos e danos, e entre os objetivos do funcionamento dos CSC destacam-se a busca pela normalização do consumo da planta na região e a promoção de um consumo responsável. Através da análise bibliográfica e da investigação de campo, pretende-se explorar os seguintes pontos: 1) Uma breve apresentação sobre a formação, organização e funcionamento dos CSC na CAPV, dando ênfase aos instrumentos teóricos e filosóficos que dão base à concepção dessas entidades, como a filosofia de redução de riscos e danos, a busca pela normalização do consumo da planta e a luta por uma política canábica que promova o consumo responsável e que esteja ancorada aos princípios de um estado democrático de direito e em garantia aos direitos humanos; 2) Os desafios e as contradições dos CSC no contexto da legislação proibicionista espanhola e; 3) Por fim, os principais pontos da proposta do novo modelo de regulação dos CSC na CAPV produzido, em 2017, pelo Grupo de Estudios de Políticas sobre El Cannabis (GEPCA).



**Reunião Brasileira
de Antropologia**

SABERES INSUBMISSOS:
DIFERENÇAS E DIREITOS
RIO 2020

www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA

ISBN: 978-65-87289-08-3



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: